

Narrativas sobre *relacionamentos abusivos* e mudança de sensibilidades do que é violência

Fernanda Kalianny Martins Sousa¹

Em minha recém-iniciada pesquisa de doutorado, tenho tido como objetivo perseguir a construção da categoria *relacionamento abusivo*, buscando contextualizá-la em um cenário de mudança de sensibilidades do que pode ser classificado ou não como violência (FACCHINI & FERREIRA, 2016). Tal cenário de mudanças está relacionado a um maior espraiamento do feminismo e a uma nova relação entre a internet e o ativismo político (ALVAREZ, 2014; FERREIRA, 2015, 2016; CARVALHO & CARRARA, 2015), indicando a alteração dos regimes de visibilidade dos feminismos e da violência de gênero, o que possibilita a criação de novas classificações e/ou categorias para pensar violência.

Como demonstra Ian Hacking (2013), a criação de novos tipos de classificação cria novas possibilidades de escolha e de ação para indivíduos em sociedade. Analisando a criação do “abuso sexual de crianças”, o autor defende que a novidade não estava no mal existente – abuso de crianças –, mas na criação do “abuso de crianças” como conceito ou ideia. Ao lidar com o abuso de crianças como um conceito dava-se um novo peso moral a algo que já existia anteriormente.

De modo semelhante, observar a forma que a categoria *relacionamento abusivo* tem sido mobilizada parece colocar-me diante da criação de um novo tipo classificatório que é demonstrativo do que tem sido considerado violência em relações afetivo-sexuais. Abrindo, assim, possibilidades para que diferentes sujeitos falem de si e compartilhem experiências produzindo moralidades e subjetividades.

Lido aqui com experiência como é colocada por Joan Scott (1998). De acordo com a autora, a experiência tanto pode confirmar o que se esperava e já era conhecido, quanto pode perturbar o que parecia ser óbvio. Penso a experiência, portanto, não como algo que se tem, mas sim como algo que constitui sujeitos, não sendo em si mesma legitimadora de um ponto de vista, mas o que precisa ser explicado. Para a autora, experiência é, assim, a história de um sujeito. Sujeitos são agentes, mas não fazem

¹ Mestra em Antropologia Social e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na Unicamp. As reflexões aqui trazidas são financiadas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). E-mail: fernandakmsousa@gmail.com.

escolhas de modo ilimitado. A experiência não pode ser, assim, a origem da explicação, mas o que se quer explicar. Não se nega com isso a existência dos sujeitos, mas interroga-se seus processos de criação, repensando a história, o papel de quem a conta e abrindo caminhos para pensar a mudança (Scott, 1998).

Tendo isso em mente, em uma pesquisa inicial usando como ferramenta o Google, encontrei entre janeiro de 2000 e agosto de 2017 diferentes usos feitos da categoria. Entre 2000 e 2014, *relacionamento abusivo* aparecia poucas vezes em textos e comentários de sites e blogs, geralmente como um sinônimo para relações afetivas com presença de violências físicas e/ou emocionais. Aparecia também em dissertações da área da Psicologia, sendo citada em estudos sobre violência contra mulher, que tinham como pergunta principal: “quais seriam as razões para as mulheres não saírem de relações abusivas?” (MARQUES, 2005; BORIN, 2007).

Entretanto, em nenhuma das dissertações que surgiram na pesquisa feita as autoras debruçavam-se sobre a categoria de modo a defini-la. Assim como nos comentários ou matérias da internet da época, *relacionamento abusivo* era utilizado como sinônimo de relações com presença de situações entendidas como violentas. É interessante observar que essas autoras estavam fazendo referência a bibliografias estrangeiras de língua inglesa², nas quais *relacionamento abusivo* (abusive relationship) fazia parte de títulos dos artigos e livros citados da área da psicologia, indicando assim não só um diálogo com estes autores, mas a mobilização e importação de categoria empregada por eles.

A partir de 2014 parece haver uma intensificação do uso da categoria *relacionamentos abusivos*, deixando de ser usada apenas como sinônimo e passando a receber diversos significados. Seu uso varia assim temporal e contextualmente, passando no último período por uma sofisticação e preocupação maior em dizer o que é ou não uma *relação abusiva*. É crucial apontar ainda que tal categoria não fica restrita ao uso em publicações online, há conexões estabelecidas entre o uso feito na internet e fora dela.

Desse modo, *relacionamento abusivo* torna-se aos poucos o foco de matérias em blogs, jornais, revistas, campanhas no Twitter, documentários no Youtube, tema de um livro de literatura, páginas, grupos e postagens individuais no Facebook, campanha da

² As referências são FOLLINGSTAD et al (1990) e HEBBERT, T. B. (1991).

Secretária de Políticas Públicas para as mulheres (SPM)³ e de eventos organizados na cidade de São Paulo. No que diz respeito ao Facebook, há uma grande disseminação de páginas e grupos que tratam sobre *relacionamentos abusivos*.

Na página intitulada “Meu relacionamento abusivo”, por exemplo, diz-se que “o objetivo [da página] é lutar contra a propagação desse tipo de relação, libertar mulheres dessas condições e conscientizar a sociedade de que não é normal ser maltratada a ponto de perder a própria identidade”. Com aproximadamente 1.585 seguidores, esta é apenas uma das páginas criadas na rede que tem intuito de receber relatos e divulgá-los para que outras mulheres *se libertem* de relações que são entendidas como *abusivas*.

Há ainda as páginas “Moça, seu relacionamento é abusivo”, com 19.278 seguidores; “Relacionamento abusivo”, com 2.956 seguidores; “Diga não ao relacionamento abusivo”, com 532 seguidores; além de outras com menos de 200 seguidores. Havendo também grupos⁴ nos quais apenas mulheres podem acessá-los como é o caso dos grupos “Será que meu relacionamento é abusivo? – Grupo Secreto” com 25.618 membros, criado em 2015, e “Relações abusivas – Grupo de ajuda para mulheres”, com quase 10 mil membros, criado em 2016.

Comumente direcionadas às mulheres, apenas a página “Relacionamento abusivo” tem uma imagem com dizeres “Relacionamento abusivo: existe dos dois lados”, permitindo que homens também possam enviar relatos. Todas elas, entretanto, mesmo que recebam também relatos de mulheres que se relacionam com mulheres⁵, parecem mais direcionadas aos relacionamentos heterossexuais, inclusive a que diz ser possível ter *relacionamentos abusivos* dos dois lados, pois a sua imagem de descrição

³ Para ter acesso a campanha referida, acessar <http://www.spm.gov.br/noticias/spm-lanca-campanha-de-alerta-aos-sinais-de-relacionamento-abusivo>. Acessado em 12/08/2017.

⁴ A diferença entre as páginas e grupos no Facebook é que enquanto as páginas podem ter seu material acessado por qualquer pessoa que tenha um perfil na rede social, os grupos têm conteúdo restrito aos seus membros. Entre os grupos ainda há a diferença de grupos fechados e secretos. O primeiro aparece em buscas que os usuários possam fazer, ainda que não possam ler o que é publicado no grupo. Já os grupos secretos não aparecem na busca por palavras chaves, sendo necessário que alguém te convide para o grupo para que você saiba de sua existência.

⁵ Opto aqui por falar em mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente com mulheres e homens que se relacionam afetivo-sexualmente com homens, por entender, assim como Nádia E. Meinerz (2008) e Regina Facchini (2008), que esses termos abarcam as mulheres e homens que se identificam como lésbicas, gays e/ou homossexuais, mas também todos os outros que não se classificam desse modo, mas têm práticas semelhantes. Ademais, até aqui não apareceram no campo narrativas de mulheres trans e homens trans, portanto, quando falo de homens e mulheres, no projeto, refiro-me às pessoas que têm a identidade de gênero em consonância com o sexo que lhes foi assignado ao nascer.

tem um homem gritando com uma mulher e uma mulher gritando com um homem⁶.

As publicações sobre o tema nas redes sociais não ficam restritas aos grupos e às páginas. No início do mês de abril deste ano, por exemplo, movimentações nas redes sociais Twitter e Facebook fizeram pressão sobre o programa Big Brother Brasil, reality show exibido na Rede Globo, pois o relacionamento de dois participantes, Emily e Marcos, foi entendido pelos internautas como uma *relação abusiva*. Tal relação foi um dos assuntos mais comentados na internet e com a expulsão de Marcos do programa⁷, no Twitter e no Facebook, foram feitas postagens utilizando a *hashtag*⁸ #EuViviUmRelacionamentoAbusivo⁹, o que trouxe à tona relatos semelhantes aos que são encontrados nas páginas supracitadas.

De acordo com Facchini e Ferreira (2016), a movimentação de campanhas via *hashtag* opera de modo a investir em uma não excepcionalidade das situações vividas pelas mulheres. Ou seja, quando muitas mulheres trazem seus relatos fazendo uso de uma *hashtag* as outras veem que não são as únicas a passar por aquele tipo de situação, encorajam-se a falar e tiram o foco apenas de si, enxergando um problema maior no qual estão inseridas.

Os relatos colocados nessas páginas do Facebook parecem ter uma lógica semelhante no que diz respeito à quebra de uma possível excepcionalidade. Por outro lado, diferenciam-se por fazer um movimento de fala e escuta, há aquelas que narram as situações de violência e as outras que respondem podendo escrever sobre suas próprias narrativas de “superação”, da compreensão por estarem passando por situações vistas

⁶ Sobre relacionamentos violentos entre homens e mulheres, bem como a possibilidade de acontecer “dos dois lados”, a antropóloga Isabela V. de Oliveira (2016) estudou em seu mestrado as narrativas de homens denunciados por crimes que se enquadravam na Lei 11.340/2006 (também conhecida como Lei Maria da Penha). Fez desse modo uma pesquisa pautada nos denunciados ou tidos como agressores, pensando em como suas narrativas questionam a legitimidade da lei ou desestabilizam a noção de vítima.

⁷ Após a repercussão nas redes sociais, a delegada Márcia Noeli, diretora da Divisão de Atendimento à Mulher da Polícia Civil, mandou instaurar inquérito para descobrir se houve lesão corporal, devido aos vídeos em que Emily afirma que Marcos a está beliscando e machucando seu pulso. Após a visita da polícia civil, a emissora Rede Globo decidiu pela expulsão de Marcos do programa. Fontes consultadas: https://www.buzzfeed.com/gracilianorocha/policia-do-rio-ira-a-casa-do-bbb-para-ouvir-marcos-diz?utm_term=.foG87gaDja#.rf9nV9yGPY e <http://f5.folha.uol.com.br/televisao/bbb17/2017/04/bbb-17-decisao-pela-expulsao-de-marcos-foi-unilateral-da-emissora-diz-delegada.shtml> (Acessados pela última vez em 02/05/2017).

⁸ Expressão utilizada por usuários de redes sociais, que consiste em colocar o símbolo “#” antes de uma palavra chave. A *hashtag* permite que se tenha acesso às publicações que são feitas utilizando-a. Desse modo, algumas campanhas são feitas fazendo uso de *hashtags*, como a mencionada acima.

⁹ Em setembro de 2016, por meio da *hashtag* #relacionamentoabusivo quando houve também um grande número de postagens nas quais usuárias/os faziam menção ao que podia ser considerado uma *relação abusiva*.

como parecidas ou sobre tipos ideais de relacionamentos, chamados de *relações saudáveis*, que essas mulheres deveriam ter.

A dinâmica de compartilhamento de experiências ou de sofrimentos remete também aos grupos de ajuda mútua, como o MADA (Mulheres que amam demais anônimas). A “partilha”¹⁰ ocorrida nesses grupos podiam acontecer pessoalmente, em conversas online ou publicadas em materiais. De acordo com Ferreira (2016), nos grupos, por meio de uma cultura terapêutica, são produzidas retóricas de controle emocional com um caráter pedagógico.

Ainda segundo a autora, no contexto estudado por ela, falar de controle emocional por meio de repertório do sofrimento amoroso a partir da perspectiva das mulheres é falar de relações de poder, de seu exercício e de posições de sujeitos biograficamente situados e investidos. Apesar de os grupos do Facebook não operarem por meio das mesmas categorias e estarem circunscritos pelo contexto online, talvez possa-se dizer que há ali também a presença de uma cultura terapêutica, inclusive com a presença de psicólogos e assistentes sociais, além de se ter certa pedagogia presente nas conversas que indicam aprendizados de como sair de determinadas situações.

Seguindo uma lógica de compartilhamentos de histórias e situações entendidas como *abusivas*, em diálogo com o debate colocado nas redes sociais, no segundo semestre de 2016, pude participar de dois eventos, na cidade de São Paulo, que tinham como objetivo compartilhar experiências e problematizar relações afetivo-sexuais *abusivas* entre mulheres. O primeiro deles foi organizado por um coletivo de mulheres negras que tem uma atuação por meio não só de debates, mas também de encenações artísticas. O segundo foi organizado em decorrência da programação ligada ao 29 de agosto, Dia Nacional da Visibilidade Lésbica.

No evento organizado pelo Coletivo de Mulheres Negras, havia uma maioria de mulheres negras, com idades e classes sociais variadas. As narrativas eram feitas de modo a trazer à tona alguns elementos de surpresa no que era dito, isto é, surpreendiam-se ao mobilizar aqueles acontecimentos que muitas delas haviam passado e que eram entendidos ali como *relacionamentos abusivos* entre mulheres. A novidade parecia estar no “entre mulheres”, isto é, que fosse possível uma mulher ser *abusiva* com a outra¹¹.

¹⁰ Categoria êmica do MADA utilizado por Ferreira (2016).

¹¹ Tanto neste evento em específico, como nas páginas do Facebook, a escuta e a narrativa ofertadas por mulheres que dizem já ter vivido relações abusivas parece ser atravessada pela ideia de *sororidade*. A sororidade é uma categoria êmica que diz respeito a ideia de um sentimento de solidariedade e

No segundo evento, mulheres diversas no que diz respeito a classe social e a raça, mas todas na faixa dos 20-30 anos, tinham divergências concentradas na pergunta “o que fazer? ”. Havendo uma maioria de mulheres que são ativistas por direitos de lésbicas e bissexuais, a preocupação era como agir em casos de denúncias feitas de mulheres que tem comportamentos abusivos dentro do movimento feminista e/ou de lésbicas e bissexuais. Após uma conversa acalorada, o uso da Lei Maria da Penha foi pensado apenas em casos entendidos como extremos, como quando há ameaças de assassinato, por exemplo.

No material encontrado até aqui houve um foco maior nas relações em que há mulheres envolvidas, seja relacionando-se com outras mulheres ou com homens. No que diz respeito aos relacionamentos afetivo-sexuais entre homens, poucos foram os relatos encontrados no Facebook, não tendo até o momento visto nenhum relato nas páginas citadas. Entretanto, o site LGBT Brasil¹², em novembro de 2014, publicou um texto sobre o tema, no qual *relacionamentos abusivos* entre homens eram associados: i) à dificuldade de homens conseguirem se pensar como vítimas, já que as campanhas feitas sobre relações violentas são pautadas nas mulheres; ii) ao fato de nem todas as relações entre homens serem reconhecidas pelas famílias, fazendo com que eles não contem com o apoio da família para sair desse tipo de relacionamento; iii) a recusa em querer associar a imagem de homens gays à dinâmicas de violência, pois não querem alimentar os preconceitos e estereótipos já presentes na sociedade.

Em outro texto, dessa vez no site Esquerda Online¹³, de abril deste ano, recorrendo a discussões feministas voltadas a relações heterossexuais, os autores defendiam a necessidade de se pensar *relacionamentos abusivos* entre LGBTQ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e *queer*). De acordo com eles, o foco de homossexuais militantes tem recaído na violência externa, como agressões e assassinatos, não sabendo lidar com atos violentos que ocorrem nas relações afetivo-sexuais entre LGBTs.

Um dos autores do texto, João Felipe, que se define como mestrando em sociologia, gay e negro, tem organizado rodas de conversa entre homens que se definem como gays ou bissexuais para compartilhar experiências sobre *relacionamentos*

fraternidade que deve ser construído entre as mulheres. Quando surgem narrativas sobre relacionamentos abusivos entre mulheres, parece haver um confronto dessa noção.

¹² <http://www.lgbtbrasil.com.br/Artigos/32/3/Relacionamentos-abusivos-entre-homens> (Acessado pela última vez em: 02/05/2017).

¹³ <http://www.esquerdaonline.com.br/2017/04/03/violencia-entre-lgbtq-precisamos-politicar-nossas-relacoes/> (Acessado em: 02/05/2017).

abusivos. De acordo com o autor, em uma conversa informal que tivemos, as rodas têm sido importantes para que os homens ali presentes repensem as próprias dinâmicas das suas relações, o que os faz se pensarem não só como vítimas potenciais, mas também refletir se eles têm ou não comportamentos considerados *abusivos*.

Além disso, em uma entrevista coletiva que realizei para um trabalho técnico feito para SOF¹⁴ (SOUSA, no prelo), os rapazes gays, todos universitários e a maioria negros, apontavam *os relacionamentos abusivos* como “uma reprodução de valores da heterossexualidade”, associando-a também com os efeitos de uma sociabilidade gay pautada em determinadas expectativas de gênero, que coloca gays feminizados à margem de relações afetivas ou mais propícios a sofrer agressões.

Após essa breve explanação, nota-se que a dinâmica de discussão sobre os *relacionamentos abusivos* tem um fluxo contínuo entre a internet e outros ambientes de atuação política. A circulação de informações, relatos e significados entre um e outro parece ser produtora de uma espécie de fazer política, ampliando o alcance de suas discussões para diferentes grupos on-line e off-line. Ademais, é importante frisar que as definições de *relacionamentos abusivos* costumam estar atreladas as ideias de hierarquias de gênero e desigualdade entre homens e mulheres. Recorrendo a explicações como “machismo” e “reproduções de heteronormatividades”, no caso de casais homoafetivos, as discussões sobre *relacionamentos abusivos* fazem uso de noções feministas.

Nesse sentido, é interessante pontuar que o significado atribuído aos *relacionamentos abusivos* varia não só contextualmente de forma mais ampla, como demonstrei comparando os usos feitos entre 2000 e 2017, mas também na trajetória de um mesmo indivíduo. Tanto os grupos da internet quanto as rodas de conversa organizadas abrem possibilidade para que as pessoas envolvidas reclassifiquem suas experiências e lidem de outro modo com acontecimentos de sua vida. Os processos de re-significação das experiências remetem novamente à discussão feita por Hacking (2013).

O autor demonstra que a partir da criação do conceito de “abuso sexual” nos Estados Unidos, na década de 1960, e que depois foi exportado para o mundo, geravam-se mudanças na forma de entender experiências de indivíduos. Se por um lado havia as

¹⁴ Em 2016, realizei um estudo de caso encomendado pela SOF – Sempre Viva Organização Feminista em parceria com a instituição internacional *Christian Aid*, no qual fui convidada a refletir sobre percepções e noções de LGBTs sobre violência. Na ocasião, realizei algumas entrevistas com grupos de LGBTs.

peças que se sentiam aliviadas por poderem falar de um trauma, outras se ressentiam por terem agora que falar sobre isso. Havendo ainda o caso de pessoas que se perceberam abusadas retrospectivamente, ou seja, estas leram como abusos algo que na época em que as ações aconteceram não tinham entendido desse modo. A criação de tipos classificatórios ou conceitos podem gerar a reavaliação de experiências, uma reclassificação ou uma re-experiência, como tenho observado também nos espaços para pensar *relações abusivas* (HACKING, 2013).

Diante da complexidade de espaços, muitos atores envolvidos e da utilização de noções feministas para pensar *relações abusivas*, tenho encarado a criação e re-significação da categoria *relacionamento abusivo* conectando-o com o aumento de alcance do repertório feminista, colocando-se no contexto contemporâneo complexo de debate do feminismo no Brasil, no qual um dos objetivos pleiteados pela geração mais nova de ativistas está centrada na busca por uma mudança de mentalidades (CARVALHO & CARRARA, 2015).

Tal momento é abordado por Alvarez (2014) pensando o feminismo como campos discursivos de ação. De acordo com a autora, no momento atual, presenciamos o *sidestreaming*, ou seja, há um fluxo horizontal de discursos e práticas plurais que se direcionam aos mais diversos setores paralelos na sociedade civil, resultando na multiplicação de campos feministas. Os campos discursivos de ação são, assim, mais do que aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática, eles abordam uma gama vasta de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos.

Tais campos são articulados por meio de teias político-comunicativas de linguagens, sentidos e visões de mundo pelo menos parcialmente compartilhadas. Nessa expansão e popularização do feminismo, as “feministas jovens” e as feministas negras têm adquirido particular visibilidade e a internet tem adquirido lugar de destaque, especialmente no que diz respeito a articulação dos campos incipientes e mais precarizados (ALVAREZ, 2014). Tal expansão vai de encontro ao que era veiculado pela mídia no início dos anos 2000 que defendia que o feminismo tinha chegado ao seu fim (GOMES & SORJ, 2014).

De acordo com Gomes e Sorj (2014), com as quais Ferreira (2016) dialoga, as principais mudanças que podemos observar nas gerações atuais de feministas em relação às anteriores está na maior diversificação na produção do sujeito político que

não se define mais exclusivamente pela identidade sexual e biológica da mulher, abrindo espaço para que identidades LGBT não hegemônicas (como homens e mulheres trans), além de homens cis, também se identifiquem como feministas ou pró-feministas. Ao reivindicarem um lugar político legítimo no feminismo, segundo as autoras, coloca-se o sujeito e a subjetividade no centro do feminismo contemporâneo (GOMES & SORJ, 2014).

Nesse sentido, a internet foi (e é) uma importante face dessas mudanças. De acordo com Ferreira (2016), a internet permitiu a constituição de redes que aprofundaram contatos em organizações políticas e grupos feministas já existentes, mas também criou outras redes de comunicação como instrumento de ação política e recurso de identificação, sendo possível falar em uma conexão de ativismos on e off-line no Brasil desde 2011. Ainda segundo a autora (2015), a atuação de coletivos feministas por meio das redes digitais tem ampliado as semânticas e gramáticas políticas referentes a noções de violência, complexificando os processos de reconhecimento e denúncia.

É neste cenário, portanto, que minha pesquisa está inserida, tendo me desafiado a identificar quem são os sujeitos falando sobre *relacionamentos abusivos*, em quais espaços isso tem sido feito e qual o alcance possível para esse debate. Tentando mapear, assim, qual teia político-comunicativa está sendo acionada quando a categoria *relacionamentos abusivos* é construída (ALVAREZ, 2014). Além disso, identificando que *relacionamento abusivo* estava presente inicialmente em textos da área da psicologia, é possível questionar também quais as traduções e apropriações de discussões teóricas acadêmicas têm sido feitas (FERREIRA, 2015) e de que modo os comportamentos *abusivos* são associados a leituras patologizantes advindas da psicologia. São estas perguntas que tenho sido instigada a pensar, mas para as quais ainda não tenho respostas.

Referências Bibliográficas

- ALVAREZ, Sonia E.. “Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista”. In: **Cadernos Pagu**, n.43, pp. 13-56 2014.
- BORIN, Thaísa Belloube. **Violência doméstica contra a mulher: percepções sobre violência em mulheres agredidas**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.
- FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNICAMP, 323 folhas, 2008.

- FACCHINI, Regina & FERREIRA, Carolina Branco de Castro, “Feminismo e violência de gênero no Brasil: apontamentos para o debate”, in: **Ciência e Cultura [online]**, vol. 68, n.3, pp. 04-05, 2016.
- FALCÃO, Thiago H. de O. **Memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2017.
- FERREIRA, Carolina Branco de Castro. “O gênero do amor: cultura terapêutica e feminismos”. In: **Cadernos Pagu**, 2016.
- _____. “Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo”. In: **Cadernos Pagu**, pp. 199-228, 2015.
- FOLLINGSTAD, D. R. **The role of emotional abuse in physically abusive relationships**, Journal of Family Violence, 1990.
- GOMES, Carla & SORJ, Bila. “Corpo, geração e identidade: a marcha das vadias no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, vol 29, n.2, pp. 433-447, 2014.
- HACKING, Ian. Construindo tipos: o caso de abusos contra crianças. In: **Cad. Pagu**, n.40, pp.7-66, 2013.
- HEBBERT, T. B. **Coping with na abusive relationship. How and why do woman stay?**, 1991.
- MARQUES, Tânia Mendonça. **Violência conjugal: estudo sobre permanência de mulheres em relacionamentos abusivos**. Dissertação de mestrado, PPGP, Universidade Federal de Uberlândia, 2005.
- MEINERZ, Nádia Elisa. “Entre mulheres. A constituição de parcerias sexuais e afetivas femininas”. In: **Latitude**, vol.2, n.1, pp. 124-146, 2008.
- OLIVEIRA, Isabela Venturoza de. **“Homem é homem”**: narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes da Lei Maria da Penha. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2016.
- PISCITELLI, Adriana. ““#queroviajarsozinhasemmedo’: novos registros de articulações entre gênero, sexualidade e violência no Brasil”. In: **Cadernos Pagu**, 50, 2017.
- SCOTT, Joan W. “A invisibilidade da experiência”. In: **Proj. História**, São Paulo, fev., 1998.
- SOUSA, Fernanda Kalianny Martins. **Perceptions on sexuality, gender and violence amongst the LGBT communities**. (no prelo)